

## FOLHA DE ROSTO – AVALIAÇÃO – LEGALE EDUCACIONAL

Favor ler as orientações e dúvidas acessar a base de conhecimento em nosso site no item “Não entendi...e agora?”. Atendimento de segunda à sexta-feira – das 08h00 às 20h00. **Preencher os campos abaixo em LETRA DE FORMA e LEGÍVEL.**

---

### PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

NOME COMPLETO \_\_\_\_\_

E-MAIL \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

CELULAR COM DDD \_\_\_\_\_ ASSINATURA \_\_\_\_\_

---

### # OPÇÃO DE ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

(  ) Neste ato, opto pela ENTREGA do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ciente que o prazo de entrega do mesmo é de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da inserção da aula final em plataforma EAD – cf. grade constante em minha plataforma EAD.

(  ) Neste ato, opto pela **NÃO ENTREGA** do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ciente que em meu histórico constará a informação que optei pela não entrega do mesmo.

---

### # ORIENTAÇÕES GERAIS – FAVOR LER COM ATENÇÃO

01. Imprimir as avaliações inerentes ao seu curso de Pós-Graduação (imprimir em folha branca).
02. Responder a avaliação em letra legível. Não aceitamos sem ser manuscrito (exceto os alunos PCD's). No caso de testes, assinalar as alternativas que julgar corretas.
03. Enviar via Correios (sugerimos usar o sistema de Aviso de Recebimento ou Sedex – evite enviar por carta simples) a avaliação e juntamente com os documentos abaixo elencados (independente se já inseriu em sua área do aluno, faz-se necessário o envio de cópias simples impressas juntamente com as avaliações). O aluno que desejar, já poderá enviar o TCC com as provas/documentos no mesmo envelope. O mesmo caso vale para o aluno que faz mais de um curso e deseja enviar no mesmo envelope mais de uma prova.
04. Documentos: Cópia Simples Diploma de Graduação Superior reconhecido pelo MEC (frente e verso); Cópia Simples Documento pessoal – Exemplo: RG, CPF, CNH ou órgão de classe.
05. Em um único envelope, enviar avaliação + os documentos acima elencados para:  
**A/C FACULDADE LEGALE – SETOR DE OPERAÇÕES ACADÊMICAS**  
**Rua da Consolação, 65 – 1º andar – Centro/SP - CEP 01301-911**
06. PRAZO DE ENTREGA DA AVALIAÇÃO: consultar a grade curricular na Plataforma EAD – a qual contém todas as datas oficiais em relação ao seu curso.
07. A avaliação ao ser recebida pela Faculdade Legale, o aluno será informado por e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis. Recomendamos sempre consultar o lixo eletrônico/spam.
08. O prazo de correção da avaliação é de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento. O aluno que optou pela NÃO entrega do TCC, automaticamente passará a fase de emissão do certificado de pós, após frequência de 75% nas aulas e obtenção de média igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas do curso. O aluno que eventualmente não obter a média, será contatado para a realização de uma avaliação substitutiva através do e-mail informando nesta folha.
09. No momento em que o Certificado Digital de Conclusão for emitido, o aluno receberá um comunicado via e-mail. Neste mesmo comunicado, o aluno receberá as instruções caso opte por receber a via física do Certificado. Para visualizar o Certificado digital, basta acessar com login e senha o Portal Acadêmico do Aluno. Cabe destacar que **TODA ESTA EVOLUÇÃO DE RECEBIMENTO, CORREÇÃO E CERTIFICAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA VIA ÁREA DO ALUNO – NO ITEM ACADÊMICO.**
10. Aos alunos PCD's, favor entrar em contato com a Faculdade Legale para maiores orientações.

## PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

1. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **exceto**:
  - a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
  - b) Garantir o desenvolvimento nacional;
  - c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
  - d) Preservar a soberania nacional e a paz mundial;
  - e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
  
2. Qual é o princípio fundamental que garante que todos os indivíduos são iguais perante a lei?
  - A) Princípio da Legalidade;
  - B) Princípio da Dignidade Humana;
  - C) Princípio da Isonomia;
  - D) Princípio da Proporcionalidade;
  - E) Princípio da Subsidiariedade.
  
3. Assinale a alternativa daquela que **NÃO** é uma hipótese de cabimento de habeas corpus:
  - a) O HC deve ser concedido quando não houver justa causa;
  - b) O HC deve ser concedido quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei;
  - c) O HC deve ser concedido quando houver decisão monocrática do STF;
  - d) O HC deve ser concedido quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;
  - e) O HC deve ser concedido quando o processo for manifestamente nulo.

4. Segundo a Lei 12.016 de 2009, Lei do Mandado de Segurança, o direito de requerer mandado de segurança se extingui quando:

- A) Decorridos 30 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado;
- B) Decorridos 60 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado;
- C) Decorridos 90 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado
- D) Decorridos 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado;
- E) Não há prazo definido para a impetração do mandado de segurança.

5. Assinale a alternativa que expõe uma condição que NÃO pode ser objeto de ação civil pública:

- a) Danos ao meio-ambiente;
- b) Danos ao consumidor;
- c) Infração da ordem econômica;
- d) Por danos ao FGTS;
- e) Danos aos bens e direitos de valor artístico.

6. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da titularidade para a promoção do mandado de injunção coletivo:

- a) Pelo Ministério Público,
- b) Por partido político devidamente regulamentado junto ao TSE;
- c) Por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;
- d) Pela Defensoria Pública;
- e) Por organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

7. São competências privativas do Presidente da República, **EXCETO**:

- a) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
- b) Decretar e executar a intervenção federal;
- c) Exercer o comando supremo das Forças Armadas;
- d) Editar medidas provisórias com força de lei;
- e) Prover e extinguir os cargos públicos de forma geral.

8. Sobre as competências que cabem ao Poder Legislativo, é **CORRETO** afirmar que:

- a) É de sua competência aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, solicitar o estado de sítio, ou modificar qualquer uma dessas medidas;
- b) É de sua competência mudar temporariamente sua sede;
- c) É de sua competência escolher três quintos dos membros do Tribunal de Contas da União;
- d) É de sua competência autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a sessenta dias;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

9. Segundo a Constituição Federal, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. Considerando a afirmação, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre os partidos políticos:

- a) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tenham sido registrados há pelo menos um ano antes da eleição;
- b) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar;
- c) Os Deputados Federais, Estaduais, Distritais e Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei;
- d) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral;

e) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

10. Acerca das condições de elegibilidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O pleno exercício dos direitos políticos;
- c) O domicílio eleitoral na circunscrição;
- d) O alistamento militar;
- e) A filiação partidária.